

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão e adia-se a votação por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo na Ordem do Dia mais matéria em regime de urgência, dou a palavra ao nobre Deputado Márcio Moreira Alves, Vice-Líder, no exercício da Liderança do M.D.B.

O SR. MÁRCIO-MOREIRA ALVES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Deputados, venho hoje relatar o que vi em uma terra de medo e de coragem. Durante cinco dias percorri todo o sul da Zona da Mata de Pernambuco, a zona canavieira, para avaliar as condições do trabalhador do campo, em geral, e, em particular, as dos trabalhadores da Usina de Caxangá que, há dois anos e meio, vem sendo administrada pelo IBRA.

Falei de uma terra de medo e de coragem.

O medo, eu o encontrei sobretudo no campo, o trabalhador vê as suas mínimas reivindicações e os seus direitos serem tratados, quando lançados de público, de "manifestações versivas". Seus líderes são presos, a polícia ou indicados no IV Exército, quando não espancados e mortos pelo usineiros.

Mas encontrei também coragem. Não apenas no campo, onde alguns líderes vencem a barreira da opressão para se colocarem solidários com seus irmãos oprimidos, e por seus direitos continuam a lutar. Encontrei coragem também nas cidades. Em Recife, no recinto onde proferi, ontem, uma conferência, surgiu um agente provocador. Ao se iniciarem os debates ele começou a lançar dúvidas sobre a veracidade de alguns pontos do livro que escrevi, chamado "Torturas e Torturados". Respondi às indagações que fazia, preempitivamente. Nisto, dois assistentes se levantaram. Um deles declarou que sabia o risco que corria, sendo funcionário público e antigo preso político, ao fazer as declarações que então iria fazer, e perguntou-me: "Márcio, sabe quem é este homem?" Respondi-lhe: "Não". Ele disse: "Trata-se do psiquiatra Lamartine Holanda."

Quando eu estava preso, foi ele chamado para atender, como médico, ao prisioneiro meu companheiro de cela, de nome Guedes. Ele havia sido de tal forma torturado que não apenas não podia mais andar, como estava semilouco. E este homem que aqui está, médico, limitou-se a olhar o doente, o torturado no chão, a xingá-lo de todos os nomes e a dizer que, se fosse na Hungria, aquele torturado seria fuzilado. Esta foi a assistência que deu ao preso necessitado. Esse cidadão que procura criar o mundo, pediu provas. O assistente disse: "A prova é o risco que eu corro e o testemunho do que eu vi. Crede, continua semilouco". Negro outro levantou-se e disse seu nome — José Guimarães Sobrinho advogado. Narrou em todos os detalhes as condições da prisão que sofrera e narrou também como assistira, na Secretaria de Segurança Pública, ao semicírculo de soldados atrás de um semicírculo de prisioneiros a espancá-los.

Quero registrar esse fato aqui apenas porque é esta a cobertura que posso dar a esses dois homens de coragem que, no Recife do IV Exército, em uma sala cheia de agentes do DOPS e do SNI, tiveram a honrabilidade de, de público, desmascarar esse médico abjetto e indigno da profissão que exerce.

Mas, voltemos ao campo. Percorri os Municípios de São Lourenço da Mata, Escada, Ribeirão, Palmares e

Catende. Por toda a parte a situação é igual.

A Justiça do Trabalho converteu-se no mais barato banco dos usineiros. E são 46 as usinas de Pernambuco. Todos eles, ao verem uma reivindicação de camponeses, dizem: "vá demandar na Justiça do Trabalho".

A Justiça, sistematicamente, dá ganho de causa aos camponeses, mas leva 2 e 3 anos para julgar essas causas e, durante esse tempo, o camponês, expulso da terra onde mora, passa sem comer aquilo que não recebeu: férias, 13º salário. Vê a sua resistência econômica, que é extremamente débil, uma resistência que se limite à condição de sobrevivência imediata, desgastar-se e aceitar os acordos, às vezes de 40%, 30, 20, muitas vezes de 10% apenas do que lhe é devido.

Para que Vossas Excelências tenham uma idéia, cito um exemplo. Na Usina União Indústria, de propriedade do Deputado Dias Lins, oferece-se aos trabalhadores, aos quais se devem 230 mil cruzeiros de férias atrasadas e 13ºs salários atrasados, um acordo de trinta mil cruzeiros a cada um.

O Sr. Hermano Alves — É a humanização.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Eu vi a convocação para apreciar essa oferta pregada na porta de um sindicato camponês em Escada, assinada por um interventor sindical, aliás, Vice-Presidente em exercício, porque o Presidente fora cassado. Ele, certamente, não tem coragem de defender os direitos dos seus representantes ou talvez esteja ligado ao patrão.

O Sr. Gastone Right — É muito oportuno o que V. Exª está dizendo. Quero aqui consignar um testemunho pessoal. Durante muitos anos, advogado na Justiça do Trabalho, é verdade que esse fenômeno da demora de 2, 3, 5 e até 10 anos no julgamento final das causas trabalhistas não vem de agora; vem de bastante antes, vem dos Governos anteriores, inclusive. Mas há uma diferença fundamental a ser fixada. É que, anteriormente, quando uma reclamatória dessas demorava 1 ou 2 anos ou ameaçava demorar assim, ela obtinha o apoio das diretorias dos sindicatos, que, nas assembleias, verberavam o procedimento dos empregadores e chegavam, até, à deflagração de movimentos de paralisação, única arma que tem qualquer trabalhador para se defender da opressão dos empregadores.

O Sr. Hermano Alves — Arma pacífica.

O Sr. Gastone Right — É uma arma pacífica, como, agora, acaba de, em choque, sugerir o Deputado Hermano Alves, mas uma arma válida, porque paralisa o serviço na reivindicação de algum direito devido, evidentemente, é moralmente sustentável. Assim era anteriormente. Hoje porém, a situação se agravou: o aparelhamento da Justiça do Trabalho, degredado pela emasculação sofrida com a lei do "arrôcho salarial", os sindicatos silenciados pela destituição de seus dirigentes, inatuantes, os trabalhadores têm um futuro bastante sombrio. V. Exª, com muita felicidade, destacou o que me parece o ponto fundamental a ser observado por todos os homens conscientes da Nação, já que não posso, objetivamente, referir-me aos homens do Governo, porque acho que esta consciência é de se pôr em dúvida.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exª, advogado sindical de longa experiência, o aparte.

Mas não pára nestes acordos leoninos a ação dos usineiros. Recusam-se a pagar o 13º salário; não pagam férias; usam de todos os meios para

roubar ao trabalhador o direito a reposição remunerada nos domingos; fazem as mulheres grávidas trabalharem até o dia do parto, e não respeitam o descanso das gestantes; não acatam sequer — e para isso têm a cobertura, pelo menos, do silêncio do IV Exército, que em tudo se mete em Pernambuco — o decreto do Marechal Castello Branco que manda dar a cada camponês de cana de açúcar dois hectares próximos à sua casa para plantação de lavoura branca; não pagam salário-mínimo; impedem os sindicatos de entrar em suas terras; roíbam no péso do feixe de cana, na limpa, em que tarefas de um dia, de tão grandes, exigem dois, às vezes mais dias de trabalho para serem cumpridas; fazem folhas de pagamento fictícias, nas quais não incluem o nome dos ajudantes que muitas famílias são obrigadas a levar para o campo, a fim de cumprirem a tarefa que o cabo do eito lhes mede. Quando por acaso permitem os engenhos e usinas o delegado sindical, dão a esse homem as mais bravias tarefas — a limpa no brejo mais lamacento para cortar a cana mais cheia de valha, de matão e no lugar mais ingrato — a tal ponto que para ser delegado de um sindicato operário-rural hoje em dia é preciso, uma quase vocação de martírio e um compromisso verdadeiramente férreo com o direito dos oprimidos. Não satisfeitos com isso, há usineiros que mandam espancar e, às vezes, matam os trabalhadores que reivindicam seus direitos.

Não pensem Vossas Excelências que estou dizendo generalidades que não possa comprovar. O que digo é a pouca parte do que vi e da verdade sombria; o que digo ainda é pouca parte da desesperança que nos camponeses implanta um sistema que tendo na espada do Exército a sua garantia, tem, na balança da Justiça, muitas vezes, o seu fiel. E o sistema em que o usineiro é rei, mandando na polícia, nos seus jagunços, freqüentemente contando com a cobertura de oficiais das Forças Armadas, e mandando também na Justiça.

No Município de Ribeirão, por exemplo, O juiz de direito e o promotor público moram de graça em casa do usineiro, não pagam luz, não pagam água, e todos os dias recebem também de graça o leite que seus familiares consomem.

Posso contar ainda mais alguma coisa. Para os homens do Nordeste, especialmente para os usineiros que nesta Casa, têm assento, ou que, no Senado, se encontram — e todos os representantes de Pernambuco, são usineiros ou ligados familiarmente a eles — isso não será novidade, mas acredito que para o povo brasileiro, em especial para o povo do Sul do Brasil, o que digo não é apenas revelador, mas também algumas vezes poderá ser inacreditável. Foi ao Município de São Lourenço da Mata, cujo sindicato lida com os trabalhadores de duas usinas; Bulhões, de propriedade do Sr. José Queiroz, e outra de propriedade do Senador José Ermirio de Moraes. Em Bulhões, a situação é pior do que em Tijuma e pelo que desta última vou contar. Vossas Excelências poderão avaliar qual é essa situação: no engenho Bela Rosa, da usina de Tijuma, em meados do ano passado, o delegado sindical foi verificar o péso dos feixes de cana cortados — que o cabo do eito dizia ser de oito quilos cada — e viu que alguns tinham 10 quilos, outros 12 e alguns até 14. A usina não dá entrada, em suas folhas de pagamento, aos nomes dos ajudantes dos camponeses, e o Coronel Comandante de 14º RI, com sede em Socorro, Recife, quase prende o Presidente do Sindicato, porque ele reivindicava a inclusão desses ajudantes nas folhas. Quanto à usina, existem na Justiça

do Trabalho mais de 500 demandas. Muitas referem-se ao fato de haver ordem do administrador para que os trabalhadores trabalhem mais do que as 8 horas diárias previstas no Estatuto do Trabalhador da Terra. Quando o camponês se recusa a trabalhar mais do que essas 8 horas, não é pago pelo salário-mínimo e sua pela tarefa que lhe foi medida e que nunca pode ser cumprida em 8 horas de trabalho, e isso é, sempre, muito menos do que o salário-mínimo.

No início da colheita deste ano, a usina Tijuma fez ao Sindicato dos Camponeses a proposta de uma tarefa de corte de cana, que aqui tem em mãos, e que foi assinada em agosto de 1967. O Sindicato aceitou a proposta da usina, mas a usina não a cumpre. Ao invés de pagar, como aqui está dito, NCr\$ 2,25 por tonelada de cana cortada, paga apenas NCr\$ 1,60. A tonelada de cana é mais ou menos a tarefa de um dia de trabalho. E não pensem Vossas Excelências que esta é a usina que menos paga, em Pernambuco. Não. Na usina de Santa Terezinha, de propriedade da família Pessoa de Queiroz, paga-se NCr\$ 1,60 por tonelada de cana cortada, pelo menos no Engenho Bom Mirar, e, assim mesmo, metade desse pagamento é feito em "vale de barracão".

A Usina de Tijuma tem ainda um acordo com o Sargento do Exército, chamado Júpiter Ribeiro, Júpiter, "o onipotente" que anda pelo campo a paisana, em um jipe de chapa-fria chapa essa que constantemente é mudada — para dar mais forte aos usineiros contra as reivindicações dos camponeses. É questão de se perguntar: que faz, com tanta liberdade, no campo de Pernambuco, um sargento do Exército, quando existe polícia, quando existe Justiça do Trabalho, quando existe IBRA, quando existe INDA?

Enquanto a Usina de Tijuma começou a pagar o novo salário-mínimo na data certa ressalva-se, em março de 1967, na Usina de Bom Mirar essa pagamento só começou a ser feito em maio. Nessa usina, há também a prática corrente, entre outras, de se fazer o que o administrador chama "o salto do veado" em cima do camponês. Consiste isso em fazer com que um homem que trabalhou regularmente os cinco dias da semana não possa trabalhar no sexto, a fim de que perca o direito ao repouso remunerado. Para dar esse "salto", as usinas usam toda a espécie de artifício, como, por exemplo, mandar um camponês que trabalha num engenho ir, no sexto dia, trabalhar num engenho mais longe ou muito longe, sem que lhe dê transporte. Isso ocorre, por exemplo, na Usina de Massanassu, que, coloca o sexto dia de trabalho de um camponês que trabalhou os cinco dias anteriores na folha de pagamento de um empreiteiro, tirando-o, assim, da folha da Usina com o que perde ele o direito ao descanso, e, além do mais, contando uma falta que lhe será descontada quando do direito às férias.

Há também a tramóia de, no sexto dia, se mandar fazer uma limpa em terreno acidentado, cheio de mata e de palha. E essa medida não pode ser cumprida nem por um super-homem, quando mais por um subnormal.

Vou mais adiante, na descrição: na Usina União e Indústria, do Deputado Dias Lins, o gerente arrecauda os descontos sindicais e não entrega o dinheiro ao Sindicato.

Na Usina de Massanassu, o 13º salário de 1966 ainda não foi pago. E há o caso de um camponês que já fez 17 viagens ao Município de Escada, onde existe uma Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho, para buscar inutilmente esse salário. Nessa Usina houve recentemente um incêndio em um ca-

naval, e o próprio interventor de um sindicato, manco, morto com os patrões, denunciou como criminoso um camponês de nome Marcelino ao IV Exército e à Secretaria de Segurança Pública. Esse homem só escapou porque teve a sorte de estar doente, porque teve a sorte de, no dia do incêndio, estar-se tratando num posto de Saúde do bairro de Afogados, no Recife. Nessa mesma usina, pelo menos no engenho Taquara, existe uma folha extra, no sábado, para roubar o repouso remunerado.

Na Usina União e Indústria, o 13º salário de 67 foi pago da seguinte forma: 10 cruzeiros novos em dinheiro, 20 cruzeiros novos em "vale de barracão", "crédito de barracão", quanto aos 37 e meio cruzeiros novos, não se falou sobre o assunto. Para que tenham uma ideia do que é um barracão da uma usina, vou oferecer à Câmara duas comparações de preço. Na usina União e Indústria, o açúcar que a própria usina fabrica e que na cidade é vendido a 450 cruzeiros novos o quilo, é vendido, no barracão, a 550 cruzeiros novos o quilo. A carne, que na cidade é comprada a 2.800 cruzeiros velhos o quilo, no barracão é vendida a 3.200 cruzeiros velhos.

Mas isso não é tudo. Há mais. Há o sangue! Em princípios deste mês, em Vitória, ao norte da Zona da Mata, ou na Zona da Mata norte, um camponês recusava-se a sair da terra onde há mais de dez anos morava. Os patrões destelharam a sua casa. Assim mesmo, ele ficou com a sua família. Depois, em uma festa a que compareceu, surgiram o patrão, parentes e capangas. Ele foi rapado. Seu corpo foi encontrado na fronteira da Paraíba, completamente desfigurado. O único dos assassinos até hoje preso declarou que não era intenção assassinar o camponês; eles queriam apenas amedrontá-lo, e para isto o haviam rapado e encostado à sua carótida uma peixeira. Mas, infelizmente, o tipo dera um solavanco e a peixeira penetrara a carótida, morrendo o homem. E foi por isso que lhe arrancaram o nariz, cortaram-lhe os beigos e lhe retalharam a cara de todas as formas. Não foi este o único crime recente: no engenho Reiro, da usina asiliana município de Ribeirão, de propriedade de José Lopes, famoso por haver, em 1963, se não me engano, assassinado a tiros, no pátio da casa grande, oito camponeses que lhe faziam reivindicações, 20 de janeiro deste ano, o camponês José Carneiro da Silva foi tiroteado pelo administrador Otávio Pereira dos Santos. Motivo do crime pôsto que o camponês morreu no dia 23 de janeiro no Pronto Socorro de Recife: ele se recusara de trabalhar no domingo, alegando, humildemente, que tinha que fazer a feitura da sua família. O administrador não foi sequer denunciado pelo delegado de polícia, Tenente José Pereira Cavalcanti. Alegando em sua defesa que matara para não morrer, dizendo que o camponês contra ele investira com uma faca, mas as testemunhas oculares do crime são unânimes em dizer que o camponês tombara, não com uma faca na mão, mas com o dinheiro da semana que acabara de receber naquele sábado.

O Sr. Mário Piva — Deputado Márcio Moreira Alves, não sei se neste instante devo admirar mais o Deputado ou o jornalista. Na realidade V. Exª traz a esta Casa um depoimento que é uma verdadeira reportagem, fundamentada em fatos e documentos. Mas não creia V. Exª — e tenho a certeza de que não creio — que isto seja apenas uma iniciativa nascida dentro de Pernambuco. Não. Isto é um reflexo do panorama geral do País. Essas violências se transformaram hoje numa constante deste Governo, este Go-

vérno que alguém hoje denominou de fascista porque recebeu esta resposta: "Se o fascismo é isso, graças a Deus." Pernambuco hoje, é o retrato deste Governo. E o sistema que chamaram graças a Deus", de período punitivo da revolução, que não termina mais porque esta revolução só pode agüentar-se desta maneira, sufocando os infelizes, matando aqueles que reclamam. E V. Exª traz o depoimento não só para esta tribuna, não só para os Anais desta Casa, mas sobretudo para a História do Brasil.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exª.

O Sr. Geraldo Freire — Estou ouvindo, não apenas com muita atenção, mas até profundamente chocado a narrativa de V. Exª. Não pretendia apartar-lo porque V. Exª está narrando fatos e os fatos escabrosos e terríveis merecem ser apurados. Naturalmente aos Deputados de Pernambuco ou às pessoas apontadas no discurso de V. Exª caberá uma resposta e uma explicação que vamos aguardar. V. Exª vinha fazendo seu relato como já foi dito aqui jornalista e Deputado. Então nesse padecimento da gente do campo a que V. Exª se refere neste pavor que se apodera dos fracos e dos pequeninos nesta coragem que não é novidade alguma porque o camponês no Brasil é realmente o homem mais corajoso do mundo em tudo isto nós estaríamos quietos a ouvir esperando o decorso da sua narrativa que tanto nos comove. As conotações políticas se houver são naturais. De maneira que estava como disse de início anotando tudo quanto V. Exª dizia e o estou fazendo realmente.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exª.

O Sr. Geraldo Freire — Agora peço permissão a V. Exª para repeli-la insinuação malévola do Deputado Mário Piva que acaba de apartar-lo repeli-la notadamente quando S. Exª se refere aquela expressão que ele não disse de quem, mas que foi usada por mim: "Se fascismo for isso graças a Deus" porque um correligionário de S. Exª dizia que colir a imoralidade era fascismo. Então procurei explicar que sempre condenei o fascismo por entendê-lo uma ditadura, uma opressão da inteligência e da dignidade do homem, porque o fascismo nunca teria sido aos meus olhos um defensor da moralidade. Eu estaria solidário, sim, com todos os que defendem a dignidade da arte, o bom gosto, a cultura do homem. De modo que aqui estou para repeli-la insinuação e ainda mais, repeli-la também a insinuação por ele feita de que o Governo do Brasil está perseguindo o camponeses. Tudo isso a que V. Exª se refere, não com essa conotação dramática, mas todo o sofrimento do homem do campo do Brasil, é um dos principais motivos de nossa preocupação, de nossos temores. Ainda há poucos dias, o Ministro Jarbas Passarinho esteve longamente debatendo o assunto conosco, em reunião do nosso Partido, e todos voltados para esta situação, que não é de hoje. O Governo está empenhado em solucioná-la. Infelizmente, não podemos resolvê-la de um momento para outro. Mas em todas as áreas do Brasil que conheço, minhas áreas de Minas Gerais, o camponês padecer, sim, sofre muito, mas é tratado como um irmão, e sofre com respeito e dignidade. De modo que vou repetir: recolho com profunda mágoa os acontecimentos a que V. Exª se refere. Espero que de Pernambuco venha a necessária explicação.

Continuarei a ouvir V. Exª. com o respeito que mereço.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exª. o aparte, comentando da seguinte forma: Primeiro, com referência aos debates

aqui travados a respeito de censura e às palavras que foram nêdes dias, cu me permitirei trazer comentários em outra oportunidade; o caso não se enquadra no meu discurso. Segundo: com referência a como trata o Governo os camponeses, no prosseguimento de minha oração, valei também, os fatos, pois que acredito não haja qualquer incompatibilidade entre o jornalista que os apura e o Deputado que os denuncia. Pelo contrário. Creio ser missão do Deputado apurar os fatos como jornalista e denunciá-los como homem da tribuna que aqui lhe resta.

O Sr. Mário Piva — Desejo deixar aqui bem claro que o nobre Deputado Geraldo Freire talvez tenha mal interpretado minhas palavras. O que afirmo a V. Exª, e ao Deputado Geraldo Freire é que mesmo para obviar a imoralidade não quero o fascismo. Prefiro outros caminhos mais largos, mais humanos, mais religiosos e de um dia mais cristão. Pensei, no entanto, que o nobre Deputado visse dizer a V. Exª, que o Sargento do Exército que anda por lá não em qualquer "conotação" com o Governo.

Pensei que o Deputado Geraldo Freire fosse dizer a V. Exª, que esse interventor que lá está e que deteminou isto não foi nomeado pelo Governo. Pensei que ele fosse dizer isto, que era apenas arbítrio de simples sargento e de simples interveniente. Mas não. S. Exª, acaba concordando que não só em Pernambuco como em Minas Gerais — e na Bahia também — há camponeses sofrendo, e sofrendo terrivelmente, porque sobre eles pesa a pecha de comunistas. E esse o problema, nobre Deputado. Só se pensa em homens do campo, e quando se fala em camponeses neste País, liga-se intimamente à ideia de comunistas, o que é um absurdo. E somente assim este Governo se vai sustentando, através de medidas que refletem o Governo, como V. Exª, neste instante traz ao conhecimento desta Casa.

O Sr. Geraldo Freire — Apenas para uma pequena nota. Os camponeses de Minas Gerais são todos anticomunistas.

O Sr. José Meira — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Vou conceder o aparte ao Deputado José Meira e pediria aos demais colegas que desejam honrar-me com o seu aparte que aguardem um pouco o prosseguimento do meu discurso, porque eu acredito que nêdes contêmham alguns fatos motivadores de comentários.

Tem o aparte o nobre Deputado José Meira.

O Sr. José Meira — Deputado Márcio Moreira Alves, na qualidade de integrante da bancada pernambucana, devo dizer a V. Exª, e a esta Casa que os lamentáveis e vergonhosos fatos dramaticamente narrados por V. Exª, nesta tarde, infelizmente são verdadeiros e infelicitam a população camponesa de Pernambuco.

O Sr. Mário Piva — Depoimento pernambucano.

O Sr. José Meira — Todavia, Deputado, devo dizer a V. Exª, um benefício da verdade, que não é em todas as usinas de Pernambuco, ou melhor, em todas as diversas áreas onde se cultiva cana de açúcar em Pernambuco, que esses fatos lamentáveis e odiosos ocorreram. E, em segundo lugar, queria lembrar a V. Exª que as usinas de Pernambuco, que padecem, como todas as demais empresas agropecuárias do Nordeste, de vícios de formação e de mentalidade, que tornam os usineiros uma figura quase que fora do moderno conceito de empresa — essas usinas, essas mesmas empresas agropecuárias sofreram, e vêm sofrendo, durante muitos anos, um processo injusto para com a sua estrutura de empresa propriamente dita. E que sabe V. Exª,

que o açúcar é um produto sujeito ao controle da economia dirigida. A política açucareira, tanto na sua parte de financiamento como na sua parte de comercialização, está sujeita às normas e ao controle do Instituto do Açúcar e do Alcool e durante muitos anos o açúcar não logrou merecer, em face do vertiginoso processo inflacionário que teve, como V. Exª, sabe, o seu auge nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, o preço justo, e isto provocou a descapitalização das empresas açucareiras.

O Sr. Hermano Alves — Nem no do Sr. Castello Branco.

O Sr. José Meira — Nem o Governo do Castelo Branco soube corresponder também a necessidade de um justo preço para o açúcar.

E o que aconteceu foi que essas empresas se descapitalizaram e quando chegou a hora de cumprir, por exemplo, o pagamento do salário-mínimo, ou de cumprir o pagamento do 13.º mês, em muitas das usinas não era possível atender a esse compromisso, por uma real falta de meios financeiros. Não quero, com isso, Senhor Deputado, justificar que não se pague o salário justo ao camponês, nem se reconheça seus direitos. Ao contrário. O que se deve fazer é colocar o IBRA e o INDA para funcionar e não deixar — não estou informado se V. Exª, visitou a Usina Caxangá, desapropriada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — aquelas usinas funcionando na estrutura empresarial antiga e até aumentando os latifúndios daquelas terras. Portanto, quero congratular-me com V. Exª, que trás um depoimento correto e honesto. Quero chamar a atenção de V. Exª para esse aspecto do problema. Agradeço a atenção que me concedeu.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exª, o esclarecedor discurso que teve a honra de inserir no meu. Visitei a Usina Caxangá. Vou tratar disso agora. Visitei também e tenho visitado frequentemente pelo Brasil os H.éis Othon, cuja poupança pagame-me haver nascido das usinas de açúcar de Pernambuco. Conheço os edifícios, de apartamentos e de escritórios que usineiros têm em Recife.

O Sr. Hermano Alves — E no Rio.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Entre outros, o nobre Senador João Cleofas. Conheço os aviões e as fazendas em Goiás que usineiros, como esse assassino José Lopes, compraram. Conheço as fabricas de tecidos dos usineiros; seus palacetes; seus bancos; seus jornais; suas estações de rádio e televisão. Em consequência, V. Exª, há de me perdoar — e não sou um técnico em indústria açucareira — mas conhecendo tudo isto, tenho realmente muita dúvida a respeito da boa aplicação do dinheiro que do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Banco do Brasil os usineiros recebem para investir em suas usinas. (Muito bem.) E acredito mesmo, como V. Exª, ressaltou, que não seja generalizado em Pernambuco, que talvez nem todas as 46 usinas de Pernambuco tratem como descrevi os camponeses. Porque eu conheço uma exceção, a usina de Pumatã, de um usineiro que nela mora e que foi Ministro do Governo Jânio Quadros, se não me engano, Romero Cabral da Costa. É a única exceção que eu conheço. E visitei Catende; e visitei Rogadinho; e visitei uma série de usinas que alguns apontam como exemplares.

Mas prossigo. Terá apenas sido isso que vi? Não é tudo. Deixei exatamente para o fim a Usina de Caxangá, que pertence ao IBRA, portanto pertence ao Governo. Esta usina passou para a propriedade do Governo porque o proprietário, Júlio Maranhão, não pagava aos 10 nece-

dores de cana, não pagava aos fornecedores da indústria, não pagava aos operários e a situação da usina era caótica com sua instalação industrial, inteiramente podre, comida de ferrugem, e de cupim. Mas o usineiro não fez mau negócio. Com o adiantamento que recebeu do IBRA pagou a praça o que devia, livrou-se dos encargos, e agora busca na Justiça 5 bilhões e meio de indenização. Caxangá tem cerca de 25 mil hectares, e nele moram cerca de duas mil famílias. Lá o IBRA está querendo dar uma demonstração de eficiência industrial, mostrar que consegue vender onde o usineiro falhou, que a empresa estatal pode ser mais eficiente do que a empresa privada. Tem realmente feito um bom serviço nesse sentido. Os dois administradores, o superintendente Fernando Lacerda, que também é senhor de engenho e agrônomo canavieiro, e o gerente João Lacerda pegaram a usina moendo na primeira safra 133 mil sacas de açúcar, na segunda safra já conseguiram fazer com que moesse 207 mil sacas e na atual safra, se tivessem começado a moagem a tempo — e não puderam fazê-lo em virtude das reformas da instalação industrial — poderiam talvez moer 300 mil sacas. No campo abriram moendas e já plantaram cerca de duas vezes mais cana e melhor do que a que encontraram. Drenaram várzeas, abriram novas frentes de trabalho. Mas, perguntamos nós, se a função do IBRA ser exclusivamente um usineiro eficiente? Será função do IBRA exclusivamente demonstrar que o usineiro que vai à falência é porque desvia de sua usina os recursos que o Governo lhe dá e, portanto, é inepto e poderia até ser, sem rigorismo, classificado de ladrão? Ou tem também o IBRA a atribuição de fazer a reforma agrária? Ou tem também o IBRA a atribuição de promover o homem do campo de fazer com que ele obtenha uma condição de vida humana, de fazer com que ele tenha para ser alguma coisa e não apenas de acumular, como fazem os usineiros? Creio que esta segunda resposta será a integral. E acredito que V. Exa. concordará comigo, nobre Deputado Geraldo Freire.

O Sr. Geraldo Freire — Nobre Deputado, V. Exa. está sendo muito objetivo no seu discurso. Gostaria de fazer uma pergunta, porque V. Exa. esteve lá e examinou tudo. Li nos jornais, há pouco tempo, que o Governo da União estava desapropriando usinas ou engenhos em Pernambuco para distribuir as terras às famílias que ali residiam. Lembro-me até de um nome — Massangana — que todos nós guardamos na inteligência e no coração, porque foi objeto de uma das mais belas páginas da nossa literatura, escrita por Joaquim Nabuco; guardai-o bem, por causa disso. Queria apenas indagar de V. Exa. se observou também essa parte.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Observei, nobre Deputado. Estive, além do mais, em Massangana, que faz parte de uma chamada Cooperativa de Tiriri que não é cooperativa, porque não funciona, e onde o Governo, se desapropriou alguma coisa, terá feito como em Caxangá, que já desapropriou há dois anos e meio.

E o que o IBRA está fazendo em Caxangá? Se aquilo que lá ocorre vier um dia ter o nome de reforma agrária será a primeira reforma agrária do mundo feita sem o homem. As relações de trabalho, em Caxangá, são exatamente as mesmas que as de qualquer outra usina da redondeza. Em Caxangá, também, não se pagam férias. Perguntem, por que, ao Superintendente, Sr. Fernando Lacerda. Disse-me que os camponeses não tinham direito a férias porque não trabalhavam os dias suficientes do ano. In-

sisti: "Todos os camponeses?" Respondeu-me ele: "Sim". Esta gente do campo não gosta de trabalhar."

Todos os camponeses! Notem que existem duas mil famílias em Caxangá. Nenhuma delas, na opinião do Sr. Fernandes Lacerda, Superintendente da Usina, tem, sequer, um homem trabalhador, e ninguém tem direito a férias.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado Márcio Moreira Alves, queria apenas recordar a V. Exa. que, em Massangana, a Cooperativa do Tiriri funcionava e funcionava bem — quando lá estive, na época em que era Governador de Pernambuco Miguel Arrais de Alencar.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — É possível. Mas, de algum tempo a esta parte, a cooperativa não funciona. E talvez não funcione por falta do apoio da SUDENE, que lhe era devido até mesmo em contrato.

Mas prossegue, Sr. Presidente, sem entrar no mérito da questão de Massangana. Ainda Caxangá. Esta resposta do Sr. Fernandes de Lacerda vem corroborar precisamente o que dizem os camponeses: que depois da chamada revolução, todo camponês, para o patrão, passou a ser mole, vagabundo e, quando fala, subversivo. E' o conceito generalizado.

Mas têm os trabalhadores do IBRA direito ao repouso remunerado do domingo? Também não. Ou, por outra, têm tanto quanto os de qualquer outra usina, talvez com uma atenuante, pois não acredito que no IBRA se mude trabalhador de engenho para engenho ou se faça com que ele assine uma folha falsa de pagamento.

Mas os trabalhos que têm de tirar são exatamente os mesmos dados nos demais engenhos e usinas do Estado, impossíveis de ser tirados por um homem em 8 horas de trabalho.

Entretanto, há mais: na Usina de Caxangá, não existe um delegado sindical sequer. As relações da Usina com o Sindicato Camponês, que qual quer reforma agrária tem de promover ao máximo, pois é o instrumento de valorização do homem, são as mesmas delações de hostilidade ou de paz armada, que prevalecem por toda a parte.

O Presidente do Sindicato de Ribeirão, que atinge a maior parte da Usina, foi muito tempo proibido de entrar em Caxangá, e hoje mesmo só entra com recelo, porque teve um atrito com o Superintendente. Por que esse atrito? Porque o Superintendente queria que metade do dinheiro do sindicato fosse entregue à Fundação José Mariano, controlada pela Usina, e com isso não concordou o Presidente.

Mais: depois dessa briga, o Superintendente fez correr pelo campo uma folha, a fim de que os trabalhadores assinassem, na qual diziam que não queriam fazer parte do Sindicato. Pela pressão que existe lá, é fácil ver como a liberdade de assinatura era falsificada. E, adiante, quando, finalmente, cedendo à interposição veemente do Delegado do Trabalho em Pernambuco concedeu a entrada do sindicato em Caxangá, o fez sob condição — a de que os representantes do sindicato, quando em contacto com os camponeses, fossem acompanhados por um representante da usina. A justificativa que me foi dada de própria voz, foi a seguinte: não queria deixar que pudesse haver coação para entrar nos sindicatos.

Coação para entrar nos sindicatos! Esta é a mentalidade, quando o que a reforma agrária e o IBRA têm de fazer é esclarecer a vantagem do sindicato, promover a sindicalização, e não procurar desfigurá-la, ou polí-la, ou intimidá-la. Essa é a mentalidade de senhor de engenho do IBRA.

Mas, não se limitou a isto. Disse-me que a ação dos sindicatos no campo é subversiva, e com este conceito concorda o seu gerente, João Lacerda, e, aparentemente, também o Diretor de Recursos Fundiários do IBRA, General Jau Pires de Castro, que, segundo eles mesmos, é quem lhes dá mão forte para continuar em Caxangá. Perguntem, o que a subversão no campo? Ele me disse: subversão no campo é o representante do sindicato dizer que a tarefa não pode ser tirada em um dia; subversão no campo é o representante do sindicato querer medir a tarefa, para ver se está de acordo com a tabela; subversão no campo...

O Sr. Hermano Alves — E' o sindicato se' sindicato.

O SR. MÁRCIO ALVES — ... é entrar o delegado do sindicato, ou seu representante, no feudo da usina, nas terras da usina sem antes passar pela casa grande, tirar o chapéu, e pedir licença. Isso o que é considerado subversão no campo. E' o sindicato se' sindicato, como bem diz o nobre Deputado Hermano Alves, o sindicato reivindicar, procurar fazer valer seus direitos. Chegaremos talvez ao dia em que subversão no campo será apelar para a Justiça do Trabalho, onde seus direitos levam dois ou três anos para serem julgados e confirmados.

O Sr. Paulo Maciel — E' com grande prazer que ouço o discurso de V. Exa. Em primeiro lugar até me desculpo a mim mesmo — estive tratando de assuntos públicos — em um Ministério — por não o ter ouvido desde o princípio, mas o tema não me foi comunicado. Sinto-me feliz, porque sou o autor e responsável pela desapropriação da Usina de Caxangá. Infelizmente, V. Exa. tem razão. Não marcharam para o sistema reformista que se visava. Quando desapropriei a Usina de Caxangá, certa imprensa, a que já me referi nesta Casa, me atacou veementemente. Entretanto, propus várias soluções. Agora, o que não poderia propor era o IAA intervir e, depois de dois anos, entregar ao proprietário para ele continuar dono, administrando mal o que já era da Nação. De maneira que me orgulho em ter a ratificação de V. Exa. desse ato. Mais ainda, na ocasião, não havia ainda decreto, e tivemos de fazer sem esse apoio, do que, evidentemente, certo jurisdicção — se aproveitou para dar uma indenização bastante maior do que teria sido justo. Mas, ainda assim, não me arrependo.

Em terceiro lugar, devo, agora, por questão de coerência — V. Exa. está vendo que estou falando evidentemente em colaboração às suas palavras — dizer que neste episódio o Marechal Castello Branco teve uma grande atitude: enfrentou o problema, desapropriou e se propunha a uma lista mais de empresas em mal caminho. Uma outra há, a que não quero aludir, talvez porque não caibam ataques empresariais diretos, mas há outra empresa, na zona de Jaboatão, que há muito tempo não pagava e não atendia a nenhuma de suas obrigações. A essa também não dei ajuda indevida.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Usina de Jaboatão? Tenho um dado para depois oferecer.

O Sr. Paulo Maciel — Não é a de Jaboatão; é uma outra em Jaboatão. Apenas concordaria desde já com V. Exa. a este respeito: urgia uma atitude naquele município. Também sou responsável, gostosamente. Agora, nessa ocasião, com o Dr. Gomes da Silva — esse depoimento que gostaria que ficasse histórico — e o Marechal Castello Branco, nós sustentamos a ideia de que houvesse a definição de zonas prioritárias e S. Exa. concordou. Acho que o Sr. Gomes da Silva era daqueles que tinham peito, embora ele tenha também classe, se-

ja um agrônomo notável e em reforma agrária se precisa ter mais peito do que classe, embora a classe seja necessária.

Veram as definições de zonas prioritárias, em vez de uma definição como era meu ponto de vista, de modesto colaborador, exposto ao marechal. Isto é, as zonas prioritárias tinham de ser poucas, sofrendo rápida reforma.

Permita-me terminando o aparte, mas é um esclarecimento válido, pois não estou me referindo a mim mesmo. Estou dando uma contribuição histórica ao discurso de V. Exa. quanto à definição de uma zona prioritária porque reforma agrária tem de ser efetiva, maciça e, escolhida determinada zona, é para atacar o problema de vez.

O Sr. Hermano Alves — Isso é subversão.

O Sr. Paulo Maciel — Se é, nesta eu adiro. Então, o que houve? Começou certo tecnicismo a definir várias áreas e, a tentar muitas soluções de uma vez, Deputado Márcio Alves, V. Exa., tem razão em caracterizar o quadro que veio daí. Devíamos tomar uma arca onde um problema fosse mais grave e enfrentar de vez por exemplo o problema de Caxangá. Uma vez, desapropriada a Usina e reposta, em condições razoáveis, tinha-se de ir para uma cooperativa de reforma agrária. Dizem que é difícil estabelecer uma cooperativa, mas pior é o que está aí. Vamos tentar corajosamente uma nova forma de organização. Soube que V. Exa. se referiu também a Tiriri. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: também sou um dos autores intelectuais da Cooperativa de Tiriri. O Padre Melo, que é meu amigo pessoal, e o industrial Rui Cardoso, resolvendo uma crise que havia, bosquejaram essa forma, que precisava além da forma jurídica, em que ilustres advogados colaboraram, inclusive, se não me engano, o ilustre Deputado José Melra, de uma formulação econômica. Eu fui um dos autores dessa formulação econômica. Também quero dizer a V. Exa. com a mesma lealdade — e aqui estão amigos meus que, inclusive, faziam parte da SUDENE, de quem tenho essa queixa — que a SUDENE, baseada num conceito de estatismo proprietário, ou seja, de propriedade estatal, exclusiva, de início não quis apoiar a Cooperativa de Tiriri, o que causou grande perda. Felizmente, apesar de tudo, ela resistiu e agora foi desapropriada. Repetirei no Pequeno Expediente meus parajéns pelo gesto do Governo e manifestei a V. Exa. minha satisfação em vê-lo e ouvi-lo na tribuna nesse trato. E, ainda mais, quero contar com V. Exa. para que enfrentemos uma batalha em que também, modestamente, colaborei no Governo Castello Branco, que foi a da formulação do GERAM. A cana exige extensão de propriedade, mas não propriedade única. Podem ser muitos proprietários. Então, vamos acabar com esse tecnicismo de dizer que não pode haver pequeno e médio proprietário de cana de açúcar. Pode em cooperação e é forma de reduzir o desemprego e imigração não absorvida pela cidade. Vamos pôr adiante esse decreto do GERAM, que não recebeu apenas a minha colaboração, mas a de outros também. Contribuíram, brilhantemente, o Dr. Hendrich, da SUDENE, que deu o bosquejo final; o Dr. Gomes da Silva, seu imaginador, e vários outros.

Foi expedido o decreto e houve, inclusive, uma reunião com o Comandante da Região Militar, na época o General Antônio Carlos Murici, que deu todo o seu apoio. Então, começaram os requintes do tecnicismo, que inclusive podem ser introduzidos começado a reforma. Admiro os técnicos, mas não o tecnicismo. O problema da reforma agrária tem de ser re-

solvido; e o problema da reforma agrária na zona da mata de Pernambuco tem de se solucionar, sob pena de haver o caos. Muito obrigado a V. Exa pela concessão grande que me deu.

O SR. PRESIDENTE:

(*Ary Alcântara*) — A Presidência pediu licença ao nobre Deputado Marcio Moreira Alves para prorrogar a sessão por 15 minutos, *ex officio*. O tempo de V. Exa está terminado, porém a Presidência lhe dá 10 minutos para concluir.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Concluirei dentro do tempo que a Presidência me concede com tanta generosidade.

Mas não pára aí o desrespeito aos direitos do trabalhador, em Caxangá. Em fins do ano passado, a alta direção do IBRA reuniu-se em Quatis, cerca de 40 quilômetros de Caxangá, onde realiza um pequeno projeto piloto, para um seminário sobre metodologia de núcleos do IBRA. Foram convidados dois camponeses de Caxangá, candidatos a parcelários. Esses camponeses, José Despacho, que há 30 anos mora na usina, e José do Patrocínio, tiveram a levianidade, cometeram o crime de falar a verdade. Pensaram que impunemente poderiam dizer à direção do IBRA o que sofriam nas mãos dos administradores daquele Instituto. Resultado: voltaram para o engenho, denominado Bom Despacho, onde moravam; e poucos dias depois houve um incêndio no canavial. Testemunhas viam o preposto do administrador tocar fogo na casa, mas, por coincidência, foram presos, amarrados e conduzidos para a delegacia exatamente os dois camponeses que falaram na reunião do IBRA. Hoje, eles continuam a morar no engenho, mas têm, todas as noites, um guarda armado à porta de suas casas e a José Despacho a direção da usina oferece um milhão de cruzeiros em troca dos seus 30 anos e de sua estabilidade, para que ele do lá se mude.

Mas pára aí? Não, Srs. Deputados. Também não estão inocentes do sangue dos camponeses os dirigentes do IBRA. Souve, em 1966, na usina Caxangá, uma reunião entre o Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, o gerente da usina, o administrador de um engenho e alguns camponeses. O camponês Miguel Manuel de Melo, cortador do lenha, teve a ousadia de, nessa reunião, dizer que não estavam mandando direito a lenha que cortava. No dia seguinte, estando no mato, foi procurado pelo administrador do engenho, que lhe deu uma surra de cachaça. Tenho aqui o laudo do médico do IBRA, cuja cópia consegui em Pernambuco, sobre o estado físico deste camponês, um mês e meio mais tarde. Diz:

"Paciente refere dor de cabeça e dor no abdome, após ter sido espancado há cerca de seis semanas. O exame físico constatou mucosa descorada, gânglios impalpáveis, tenda cutânea clareada na região frontal, cerca de seis ou oito pontos. Mobilidade prejudicada, hematomas no couro cabeludo, abríme e flanco direito dolorosos à palpação e discretamente abalados."

Tudo isto um mês e meio depois da surra. O que aconteceu com o administrador? Foi admoestado? Foi punido? Foi objeto de inquérito? Não. Foi prestigiado e, no Engenho Bom Despacho, se encontra até hoje; impune, pronto a dar mais cacetadas em quem reclamar contra os serviços que impõe aos camponeses. Na usina Caxangá, segundo o próprio gerente Jorge Lacerda, não há, entre a administração e os trabalhadores, nenhum contato nem diálogo. Os administradores só dialogam com os dirigentes sindicais — e o fazem da maneira

como descrevi — quando surge algum caso. Pelos responsáveis pela usina nenhuma explicação é dada a respeito do trabalho, quanto mais sobre reforma agrária. Aparentemente o que salva um pouco o trabalho do IBRA neste inferno vivo que se criou é a educação de adultos, assim mesmo prejudicada, na época do corte de cana, pela exaustão dos trabalhadores, e alguns levantamentos sociológicos que realiza.

Concedo o aparte ao Deputado Osmar de Aquino.

O Sr. Osmar de Aquino — Não interrompi até agora o brilhante discurso de V. Exa. para não perturbar o relato realmente dramático e fiel que vem fazendo desses acontecimentos. Desejo apenas, à guisa de explicação e de interpretação desses fatos, dizer que é impossível desvincular da contextura militarista do regime implantado no Brasil, em 1964.

Este Deputado que está apartando V. Exa., depois do golpe abril de 1964, esteve dois meses ferido e caído sob a acusação de ter sido advogado de camponeses espancados, perseguidos e massacrados. Os fatos supracitados que se verificaram por ocasião do chamado movimento camponês, antes de 1964, foram cantados em prosa e verso como indicativos de que fomos caminhando para a subversão e a comunização. Esta salienta a responsabilidade intelectual mesmo dos mais médicos, para não dizer dos mais "burros", o seguinte: sem exceção de um só, em todos os fatos supracitados ocorridos durante o movimento camponês, os que morreram de lado dos camponeses caíram feridos a bala, inclusive de trabalhadores enquanto, do lado dos latifundiários, a golpes de força e enxada, o que evidencia, até os limites da sanidade, que os camponeses eram atacados a bala e se defendiam com os instrumentos de trabalho que tinham à mão. Este é um fato a que desafio contestação.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — E' exato.

O Sr. Osmar Cunha — As famosas e decretadas invasões de propriedades não eram outra coisa senão isto que V. Exa. mencionou agora: camponeses que moravam 23, 30 e 40 anos em propriedades, se entravam para o sindicato ou a Uza, eram expulsos. E quando se recusavam a sair, os latifundiários contratavam pistoleiros profissionais para expulsá-los a tiros. Num caso ocorrido na Paraíba — é apenas um exemplo para ilustrar — houve um acontecimento sangrento. Do lado do latifundiário, morreram dois homens, e do lado dos camponeses, vários. Então, certa imprensa registrou: "Invasão a propriedade. Massacrados e feridos dos administradores". Os dois administradores eram "Capa de Aço", um deles: o segundo, ambos que conheci pessoalmente. Ambos foram expulsos da polícia da Paraíba por homicídios e roubos e contratados como pistoleiros para expulsar camponeses que se recusavam a sair sem indenização. E aí está hoje o Governador Miguel Arrais, havido como subversivo e expulso do seu País, porque não deu cobertura a essa ignomínia, ficando ao lado dos camponeses massacrados e secularmente espalhados. (Palmas.)

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeco a V. Exa., nobre Deputado, a contribuição do seu testemunho pessoal e do seu conhecimento dos fatos. Para que a Câmara conheça, também, o que ficou de Miguel Arrais, em Pernambuco, vou registrar um fato que comigo ocorreu na usina Santa Teresinha. Ia andando por uma estrada e vi um jovem camponês de 14 anos que, àquela altura, já havia cortado mais de uma tonelada de cana. Dei-lhe carona. Na conversa, eu perguntei: "Sabe quem é Miguel Arrais?" "Sei, sim senhor. Miguel Arrais foi Governador?" "E por que ele não é mais Governador?" O menino pa-

rou e disse: "Não é mais Governador porque era a favor do trabalhador".

O Sr. Hernando Alves — Muito bem.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — E' isto que existe em Pernambuco: a recordação de um tempo em que a polícia, num conflito entre o pobre e o rico, perguntava primeiro com quem estava a razão, ao invés de bater, como hoje e como ontem, somente no pobre.

Mas, essa situação que venho descrevendo — descrição, em que me foi preciso o auxílio, pela intervenção, do nobre Deputado Osmar de Aquino — é a de uma zona prioritária da reforma agrária, no Brasil. Não carregue nas tintas. O que relato é apenas uma parcela do que vi. O que vi é uma parcela da verdade. Esta é a reforma agrária que este Governo está fazendo: a reforma da "casa grande" que conserva a senzala, a reforma do patrão contra o empregado, que continua oprimido. E a reforma do Governo contra o povo. Cabe a nós, que somos preocupados com o homem, que consideramos que a promoção do homem é a verdadeira segurança nacional — e não a cassação dos seus direitos políticos aos milhões, como quer o Governo, no decreto de cassação de municípios — lançar a denúncia, e também a advertência. Sabemos que as advertências da Oposição, como as da Igreja, como as dos operários, como as dos camponeses, como as dos estudantes, enfim, como as de todo o povo brasileiro, não encontram ressonância nos ouvidos do alista, que em Patrocínio, contempla as heranças e as cortas imperiais, achando que tudo está ótimo. Sabemos que essas advertências não encontram ressonância também nos ouvidos da minoria militarista que empolga o poder e não procura conservar-se de todas as formas. Sabemos, ainda, que muitos rimos ouvidos são essas advertências pelos senhores da terra, mas é nossa obrigação fazê-las. Por quê? O que nós, da Oposição, o que nós, o povo brasileiro, queremos, embora marginalizados por um grupo de legos armados, é exatamente construir a paz, enquanto o que eles fazem, mantendo tudo isto que descrevi, é construir o caos, como bem disse o nobre Deputado por Pernambuco.

Nós sabemos que a tradição de opressão no campo é imemorial, que o fatalismo, que a floresta do homem do campo suporta muito, mas sabemos que a vez da sua revolta crescer e que esta revolta, um dia, poderá responder pela violência às violências do que é vítima.

E é por isso que insistimos: é necessário, sim, nas terras do Brasil, que se faça uma reforma agrária de verdade; não esta que anda aí de papichão picotado, de máquinas IBM, de civis a jato, de burocracia ou de uma usina que funciona nos termos que descrevi, que são os termos reais.

Mas nós sabemos ainda, para concluir, Sr. Presidente, que isto só não basta. A nossa advertência é que não cutuquem com vara curta, fiados nos tanques que o povo lhes confia e que desviam para a prepotência, o desespero deste povo.

No campo político, é imprescindível também a pacificação, não essa pacificação que o Governador Luís Viana Filho quer, como se fosse o armistício de 1945, a Alemanha vencida, ocupada e dividida, mas a pacificação verdadeira, que é a anistia. Sabemos que nas cidades é preciso também lutar pela justiça social e contra o imperialismo, o capital estrangeiro já domina mais de 60% da nossa indústria. E, finalmente, ainda no campo político, sabemos e advertimos que é preciso que se faça uma nova constituinte para erradicar, arrancar da Carta Magna do Brasil os dispositivos entreguistas e militaristas que nela foram colocados.

O SR. PRESIDENTE:

(*Ary Alcântara*) — A Presidência apelaria a V. Exa., pois já excedeu de 20 minutos o tempo que lhe concedeu.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Se V. Exa. tiver mais 30 segundos de paciência, concluirei.

Felizmente, a constituinte é imprescindível, para erradicar do maior documento político do povo brasileiro, que é a sua Constituição, os itens entreguistas. Os artigos de prepotência militarista que nela foram enviados pelo Sr. Roberto Campos e pelo Marechal Castelo Branco, e enfiados, goela a dentro, do seu claqué político. (Muito bem) E' essa advertência que fazemos — a única advertência que preservará a paz deste País. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

Durante o discurso do Sr. Marcio Moreira Alves, o Sr. Baptista Ramos, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ary Alcântara, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

Dado o adiantado da hora, vai-se passar ao período destinado a Explicação Pessoal.

Tem a palavra o nobre Deputado Paulo Campos.

O SR. PAULO CAMPOS:

(*Explicação Pessoal. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, compareço aqui fiscal espectral e especulativa que o Governador de Goiás está pondo em prática naquele Estado.

A cobrança do ICM, no território goiano, se faz violando a lei federal que instituiu esse tributo, eis que, pela sua constituição legal, deve ser cobrado sobre o preço real da transação.

Entretanto, em Goiás, sobretudo em relação ao produtor de arroz, as coletorias estaduais mantêm pautas fiscais que não permitem ao contribuinte pagar pelo valor real da transação. Por exemplo, no caso do arroz em casca, ele é obrigado a pagar sobre 23 cruzeiros novos, embora na maior região produtora de arroz, que é o sudoeste goiano, seu preço normal, médio, corrente hoje, varie entre 18 e 19 cruzeiros. Assim também acontece, Sr. Presidente, com o arroz beneficiado, de primeira. O preço corrente varia entre 39 e 40 cruzeiros; entretanto o contribuinte é obrigado a recolher o imposto sobre 43 cruzeiros. E o Governo tem ciência deste fato.

Por conseguinte, eis aí o momento em que se faz a espoliação do produtor, exatamente do produtor agrícola, do produtor agrícola, que é o mais sacrificado do setor econômico brasileiro.

No entanto, Sr. Presidente, o atual Governador goiano fez a campanha que o levou ao poder, dizendo-se patrono dos fazendeiros, representante dos fazendeiros e dos agricultores, lançando o slogan de "chapéu atolado". E eis, Sr. Presidente, como S. Exa. se apresenta hoje, permitindo-se manter no Estado uma política fiscal de usurpação, de violência ao direito dos contribuintes que, pela lei, devem pagar pelo preço real da transação e, entretanto, pela imposição violenta do fisco, são obrigados a recolher impostos sobre um preço mais alto, fictício.

Deixo aqui meu apelo contra a violência fiscal que se faz no Governo de Goiás contra os contribuintes, e sobretudo repito, sobre a classe mais sacrificada, a classe dos produtores rurais. (Muito bem.)

O SR. MILVERNES LIMA:

(*Explicação Pessoal. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, desejo fazer um apelo ao Exmo. Sr. Governador.